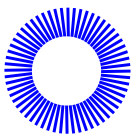


# Tecnologia e patrimônio: desafios para os sistemas de informação pública nos países em desenvolvimento

**Sofia Soto Maffioli**

Professora da Universidad  
Veritas e pesquisadora associada  
da Pinacoteca Digital de Arte  
Costarricense, PINCEL

Costa Rica



## Introdução

As principais ameaças ao patrimônio cultural nos países emergentes de várias latitudes têm origens diversas: desastres naturais, destruição ou confisco em caso de conflitos armados, perdas devido ao desenvolvimento urbano acelerado e falta de planos de emergência. Devido à sua visibilidade física e ao papel que desempenha na dinâmica socioeconômica de muitas comunidades por meio do turismo, o patrimônio monumental está – como regra geral – sujeito a uma melhor proteção técnica e jurídica do que outras categorias. No entanto, para a maior parte dos bens culturais em muitos países em desenvolvimento, é principalmente a ausência de registros e a falta de estruturas regulamentares e instrumentais que impedem que eles sejam adequadamente reconhecidos, categorizados e protegidos. O patrimônio móvel (artístico, histórico, documental, científico, industrial) é particularmente suscetível a estas lacunas, especialmente no contexto da América Central e do Caribe.

A musealização desse tipo de propriedade na América Latina contribuiu significativamente para o reconhecimento de seu valor social e constitui um primeiro passo essencial para sua preservação e divulgação. No entanto, essa institucionalização não está isenta de riscos intrínsecos em um contexto regional de relativa volatilidade política, subfinanciamento crônico das estruturas culturais, políticas públicas e legislação escassas (e, em alguns casos, inexistentes) na área e, em particular, desenvolvimento acadêmico e científico deficiente. Essas ameaças não convergem da mesma forma em todos os países da região, embora a América

Central e o Caribe sejam uma área particularmente sensível devido às suas características históricas e de governança.

Nesse contexto, o papel das estruturas dos museus é decisivo não apenas para a conservação adequada do patrimônio, mas, sobretudo, para o acesso público à informação, como ferramenta de conhecimento e fruição, para a pesquisa e o desenvolvimento científico e, tangencialmente, para a prestação de contas e a transparência na gestão governamental.

## Desafios dos sistemas de informações públicas nos países em desenvolvimento

Está claro que a primeira tarefa na proteção do patrimônio é reconhecê-lo como tal, e esse reconhecimento primário consiste em registrá-lo, documentá-lo formalmente e disponibilizá-lo para o maior número possível de usuários. As ferramentas para consulta pública de coleções e bens culturais são agora a norma na maioria dos países ocidentais. Embora tenham sido desenvolvidas principalmente nas estruturas museais e de conservação mais amplas e com melhores recursos, sua implementação e abertura ao público estão se expandindo significativamente para estruturas menores, regionais e privadas.

Este gesto e ferramenta fundamental no cuidado do patrimônio enfrenta desafios importantes na América Latina e, em particular, na América Central e no Caribe. Não só os desafios técnicos habituais (equipamentos,



plataformas, segurança, formação, planejamento), mas também os de nível macro que definem em grande parte a construção e a sustentabilidade das ferramentas de informação pública sobre estes bens. Destacam-se os seguintes aspectos estruturais e políticos.

### Organização política

O contexto jurídico e governamental é um fator determinante na proteção do patrimônio nacional, em geral, e na viabilidade do desenvolvimento de ferramentas de controle e informação pública, em particular. No caso da Nicarágua, por exemplo, a ditadura de Ortega-Murillo quase obliterou as instituições culturais, tornando-as incapazes de gerenciar o patrimônio público. A ausência do Estado de direito nesse país inviabiliza a existência de registros mínimos de coleções e, muito menos, sua comunicação pública. Em outros países, a instabilidade política desgasta continuamente os órgãos institucionais e, mesmo em países com modelos democráticos relativamente estáveis, o subfinanciamento cultural é um problema endêmico e permanente. Isso é agravado, em alguns casos, pela alta mobilidade dos funcionários públicos de alto escalão e, com isso, pela volatilidade e insustentabilidade das políticas institucionais.

### Contexto acadêmico

Na região, há uma grande disparidade na oferta acadêmica de cada país para a formação de profissionais do patrimônio. Como resultado, alguns países não contam com recursos humanos adequados em nível institucional para a formulação estratégica e a gestão técnica dos bens culturais. Isso resulta em práticas empíricas com padrões científicos e deontológicos pobres ou inexistentes, que são implementadas a partir da esfera governamental, em detrimento do patrimônio e dos usuários.

### Estrutura jurídica e institucional

A legislação internacional sobre o patrimônio é a principal ferramenta jurídica para a proteção do mesmo. No entanto, o registro e os sistemas de informação não estão estritamente contemplados nesse tipo de legislação e são necessários apenas de forma tangencial, por exemplo, para o controle de fronteiras em termos de tráfico ilícito. O desenvolvimento de sistemas de informações sobre patrimônio na região é essencialmente de responsabilidade da estrutura institucional de cada país e de seu marco jurídico nacional. Novamente, há uma disparidade significativa nas disposições dos países da região, embora, como regra geral, a legislação seja incompleta e insuficiente, e a organização institucional mantenha estruturas modestas com responsabilidades muito amplas e recursos tecnológicos e humanos escassos.

### Tecnologia aplicada ao registro público de bens culturais móveis: dois estudos de caso

No contexto desses desafios, dois estudos de caso de sistemas de tecnologia da informação pública para o patrimônio cultural implementados entre 2018 e 2021 na Costa Rica despertam interesse.

#### Esfera Institucional: Inventário Nacional das Coleções de Arte da Costa Rica

Na Costa Rica, o Museo de Arte Costarricense (Museu de Arte da Costa Rica, MAC) lidera as principais atividades relacionadas às artes plásticas. Além de inventariar, registrar, administrar, preservar e divulgar sua própria coleção, de acordo com seus regulamentos constitutivos (Lei nº 6.091 de 1977), o MAC atua como o órgão estatal responsável pelas coleções públicas e deve supervisionar sua conservação. Na época em que essa lei foi elaborada e aprovada, em 1977, as únicas coleções de arte do



Estado eram as do museu e as do Teatro Nacional. Em seguida, em 1982, foi aprovada a *Ley de Estímulo a las Bellas Artes Costarricenses* (Lei de Incentivo às Belas Artes da Costa Rica), que obriga a aquisição de obras de arte no âmbito das construções de infraestrutura pública. Essa nova lei implicou um aumento exponencial nas coleções de arte nacionais que não estava previsto na legislação anterior, embora a modifique e obrigue à supervisão e à conservação de vários milhares de obras de arte de 324 instituições.

Em 2016, constatou-se que a supervisão das coleções do Estado não havia sido formalmente realizada pelo museu desde sua criação, e que o museu, como órgão de direção, não mantinha nenhum registro das coleções de arte do setor público, nem realizava nenhuma gestão de supervisão. A fim de iniciar um processo de organização das obras de arte do Estado e garantir sua conservação adequada, em 2018 o MAC realizou a concepção e o desenvolvimento da *Política Nacional de Gestión de Colecciones Estatales* (Política Nacional de Gestão de Acervos do Estado), a primeira política pública para o cuidado do patrimônio artístico do país.

Essa política pública prevê um modelo de gestão abrangente, sob a supervisão do museu, que envolve diversos processos de autogestão por parte das instituições colecionadoras. Como parte desse modelo, o museu desenvolveu regulamentos técnicos, instruções e procedimentos, e gerenciou o levantamento e a publicação *on-line* do primeiro *Inventario Nacional de Colecciones de Arte* (Inventário Nacional de Coleções de Arte) em 2021. O registro das coleções era de responsabilidade de cada instituição proprietária e podia ser realizado com qualquer dispositivo inteligente equipado com uma câmera de resolução adequada (celular, *tablet*). Os dados eram coletados por meio de formulários em formato PDF nesse tipo de dispositivo, a fim de permitir o acesso universal à ferramenta

pelas instituições, na ausência de orçamentos para o desenvolvimento de *softwares* especializados. De acordo com esse modelo de gestão, as informações contidas nesses formulários e as imagens produzidas pelas instituições (com diretrizes técnicas mínimas padronizadas) foram migradas para um banco de dados gerenciado pelo museu, verificadas, retificadas e disponibilizadas aos usuários por meio de uma plataforma web.

O portal<sup>1</sup> da Política Nacional de Gestão de Acervos do Estado, publicado em 2020, constitui a plataforma de divulgação dos acervos existentes (que ainda se encontram em processo de inventário). Adicionalmente, todas as diretrizes técnicas, estrutura legal, procedimentos, serviços e ferramentas para instituições e para o público foram publicados nesse portal. O objetivo do portal era possibilitar o amplo conhecimento e a fruição do patrimônio artístico do país e melhorar os processos de transparência e responsabilidade das instituições em relação às coleções que conservam.

Um dos destaques dessa iniciativa é o desenvolvimento de um inventário nacional de obras de arte de propriedade pública, com base em ferramentas gratuitas que são universalmente acessíveis pelas instituições, sem a mediação de *softwares* especializados ou equipamentos profissionais. O modelo é flexível e se adapta a uma ampla variedade de contextos institucionais, respondendo às necessidades e limitações das diversas coleções estatais, por meio de processos de treinamento participativo e ferramentas de acesso universal.

O principal desafio para esse modelo de gerenciamento e suas ferramentas digitais está na capacidade e reatividade de gestão do museu como um órgão de supervisão, na ausência de recursos extraordinários específicos. Outro

<sup>1</sup> Site: [www.coleccionesestatales.com](http://www.coleccionesestatales.com)



desafio é a variabilidade na capacidade de resposta das instituições colecionadoras às atividades de atualização e acompanhamento.

Essa iniciativa é um passo importante para a conservação, o controle cidadão e a disseminação do patrimônio público, embora sua sustentabilidade dependa da estabilidade das políticas internas da instituição para o cumprimento do mandato legal.

### Iniciativa civil: Pinacoteca Costarricense Electrónica (PINCEL)

Em agosto de 2018, a pesquisadora María Enriqueta Guardia Yglesias<sup>2</sup> apresentou ao público a plataforma digital PINCEL<sup>3</sup>, Pinacoteca Costarricense Electrónica, o primeiro museu virtual do país. A Pinacoteca e o seu arquivo são o produto de mais de vinte anos de pesquisa da sua autora, durante os quais registou, compilou, estudou e anotou dados e imagens de numerosas coleções públicas e privadas. Trata-se de uma extensa base de dados sobre as artes plásticas da Costa Rica, incorporando até o momento mais de 28.000 registros de obras de arte de artistas nacionais e residentes produzidos entre 1840 e a década de 1980.

A PINCEL constitui o banco de dados mais extenso e importante para as artes plásticas na Costa Rica,

incorporando não apenas obras de arte de propriedade pública de muitas instituições diferentes, mas, em particular, obras que estão em coleções privadas, dentro e fora do país. A disponibilização do patrimônio privado para o público é, sem dúvida, um recurso absolutamente inédito para ferramentas desse tipo. Na ausência de catálogos completos de artistas locais, a PINCEL representa o único repositório existente da produção artística de propriedade privada, juntamente com as coleções públicas. Assim, esse patrimônio particular, a maior parte do qual nunca foi exibido ao público, pode ser conhecido, comparado, estudado e apreciado.

O rigor e a abrangência da ferramenta rapidamente a tornaram um instrumento fundamental para a comunidade acadêmica e de profissionais de museus após sua publicação. O banco de dados e a plataforma de arquivos da autora permitiram que pesquisadores e curadores localizassem obras até então desconhecidas, determinassem a procedência e analisassem informações técnicas por meio de referências cruzadas de dados. O volume de entradas por artista, especialmente para as gerações modernas da primeira metade do século XX, faz da PINCEL a ferramenta essencial para a verificação da autenticidade, datação e atribuição de obras de arte na Costa Rica. Vale a pena observar que muitos dos artistas listados na plataforma eram completamente desconhecidos da historiografia nacional até o surgimento da PINCEL.

Adicionalmente, o banco de dados inclui documentos históricos, fotografias e outros arquivos localizados em coleções públicas e privadas que são de interesse para o estudo das artes da Costa Rica dos últimos dois séculos. Cada entrada inclui pelo menos uma fotografia da obra ou documento, suas informações técnicas básicas e algumas notas históricas, referências à sua procedência e/ou comentários iconográficos ou estilísticos. Nas palavras da autora:

<sup>2</sup> María Enriqueta Guardia Yglesias é formada em Belas Artes pela Universidad de Costa Rica. É professora emérita da Escuela de Estudios Generales (Escola de Estudos Gerais), onde trabalhou por 28 anos ministrando cursos de oficina, repertório e apreciação das Artes Plásticas. Em seu trabalho acadêmico, foi coordenadora da seção de Artes Plásticas e, posteriormente, da Seção de Arte da Escuela de Estudios Generales. Atuou como integrante do Conselho Administrativo do Museo de Arte Costarricense e em várias comissões acadêmicas. Suas numerosas publicações incluem importantes monografias sobre artistas costa-riquenhos e estudos temáticos e trans-cronológicos sobre o desenvolvimento das artes na Costa Rica. Atualmente, trabalha como perito especialista, paralelamente ao seu trabalho de pesquisa e ao enriquecimento e atualização permanente do PINCEL.

<sup>3</sup> Site: [www.artecostarica.cr](http://www.artecostarica.cr)



PINCEL é um olhar sobre o patrimônio artístico da Costa Rica numa plataforma digital que propõe que o estudo das artes plásticas tenha uma fonte rigorosamente confiável, útil e rápida do trabalho dos artistas nacionais. A combinação de arte, história e tecnologia torna possível mergulhar na história da Costa Rica a partir da perspectiva criativa e inspiradora dos artistas que a construíram por meio de diferentes técnicas, como cerâmica, desenho, escultura, fotografia, gravura, mural, joalheria, pintura, têxteis e vitrais, entre outras.

Esse primeiro museu digital da Costa Rica, PINCEL, pode ser, no futuro, o início de outros. Por enquanto, estamos capturando o olhar de um número maior de usuários nacionais e internacionais da Internet, que têm acesso direto ao trabalho dos criadores, muitos dos quais são mantidos em coleções particulares ou nunca foram exibidos em nossos museus (M. E. Guardia Yglesias, comunicação pessoal, 7 de agosto de 2022).

A absoluta independência da PINCEL em relação à estrutura institucional do Estado proporcionou a essa iniciativa grande agilidade técnica, altos níveis de eficiência e estabilidade de sua plataforma. Atualmente, o *site*, o banco de dados e seu trabalho de enriquecimento e atualização são financiados diretamente por sua autora, a fim de manter o banco de dados como uma ferramenta pública, gratuita e aberta. Por se tratar de um projeto permanente, sem fins lucrativos e de utilidade pública, mas de iniciativa civil e pessoal, o maior desafio que enfrenta a longo prazo é sua sustentabilidade financeira e continuidade técnica.

Iniciado como um projeto de compilação de fontes primárias para fins docentes, o trabalho meticuloso de María Enriqueta Guardia Yglesias se tornou uma ferramenta digital fundamental para o estudo da história e da história das artes na Costa Rica. Em 2021, a plataforma assinou um acordo com o Ministério da Educação Pública

para a divulgação e o uso de seus recursos por alunos do ensino fundamental e médio em todo o país. A abrangência e o enorme impacto dessa iniciativa, tanto para a comunidade acadêmica quanto para o público em geral, tornaram-na um marco e um exemplo absolutamente extraordinário de tecnologia a serviço da cultura no contexto latino-americano.

